

Sobre a função sujeito: um diálogo entre Lacan e Frege

Fernando Franco Lopes¹

Carlos Henrique Kessler²

1 Mestre em Psicanálise pelo PPG Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado em Psicologia pela Faculdade de Pará de Minas (Fapam).

2 Professor Associado do PPG Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-doutorado em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP).

Introdução

Não é segredo que Lacan (1901-1981), durante todo seu ensino, lançou mão de recursos provenientes de diversas disciplinas externas à Psicanálise. Dos desenvolvimentos da Linguística estrutural aos da Topologia, passando pelas fórmulas lógico-matemáticas, Antropologia e o trabalho de grandes filósofos, todos foram alvos do uso peculiar do psicanalista. Para além de uma simples exportação de um campo ao outro, o autor tomava tais recursos como instrumentos heurísticos para sua própria teoria, não se furtando a usos e modificações que inclusive depois foram tachadas de “imposturas” (Sokal & Bricmont, 2010).

Sua posição, possivelmente, pode ser explicada pela pretensão esboçada em “Talvez em Vincennes” (Lacan, 1975/2003). Ali, ele não apenas elenca a Linguística, Lógica, Topologia e a Antifilosofia, como as disciplinas nas quais um psicanalista deveria se apoiar, mas, principalmente, e aqui se encontra a postura à qual foi fiel durante todo seu ensino, como disciplinas que poderiam ser repensadas à luz da apropriação psicanalítica, posto que essa assimilação implicaria em se considerar as determinações dos princípios de um campo do saber em outro.

Dito isso, o objetivo deste artigo é demonstrar, utilizando para isso um pequeno recorte entre a ampla conversa aberta pelo analista com os mais variados campos do saber, que as articulações estabelecidas por Lacan com essas outras disciplinas, tal como a Lógica e a Matemática, se levadas a seu fim último, longe de serem simples analogias, carregam em si uma complexidade fecunda e uma proposta de formalização para a Psicanálise.

Tomaremos, em particular, a articulação com a Lógica Matemática, especificamente com a teoria de Frege, presente na seguinte frase “O fim de meu ensino, pois bem, seria fazer psicanalistas à altura dessa *função que se chama ‘sujeito’*, porque se verifica que só a partir desse ponto de vista se enxerga bem aquilo de que se trata na Psicanálise” (1967-68/2006, p. 53, grifos nossos). Nosso objetivo com isso é indicar como tal diálogo possibilita uma escrita formal para o conceito lacaniano de sujeito por meio da notação fregiana da função.

Menos do que estender à Psicanálise as regras e exigências de um sistema lógico-formal, trata-se da tentativa de construção de uma fórmula que deve ser tomada em consonância ao uso que faz Lacan dos matemas. Segundo Iannini (2009, p. 203), “para dizer com todas as letras, trata-se de um esforço de literalização do real que não faz economia dos impasses da formalização. Por isso, mais uma vez, estamos do lado do explicar e não do compreender. O mesmo vale para o conjunto de esquemas, grafos e matemas lacanianos”, ou seja, trata-se aqui da possibilidade de uma escrita do real que aponta em si os limites próprios da formalização, ao passo que estaria implicada na transmissão do saber psicanalítico.

Reforçamos que se trata de um exemplo, isto é, o que pretendemos com isso é demonstrar que, ao se fazer o percurso de ir aos textos dos autores com os quais Lacan estava dialogando em determinado momento, bem como o trabalho de compreender qual o uso proposto pelo psicanalista para tal ou qual

termo/formalização daquele autor, somos capazes de desvelar e apresentar a riqueza teórica contida em tais aproximações, sejam elas quais forem.

O sujeito no *Meu ensino*: entre a linguagem e a lógica

Meu ensino (*Mon Enseignement*) é o título dado à organização em formato de livro, por Jacques-Alain Miller, de três conferências realizadas por Lacan ao longo dos anos 1967 e 1968. É na primeira das três conferências, “Lugar, origem e fim do meu ensino” (1967), que encontramos a frase sobre a qual nos debruçaremos, a saber, “o fim de meu ensino, pois bem, seria fazer psicanalistas à altura dessa *função que se chama ‘sujeito’*, porque se verifica que só a partir desse ponto de vista se enxerga bem aquilo de que se trata na *Psicanálise*” (Lacan, 1967-1968/2006, p. 53, grifos nossos).

A princípio, a ligação com a Lógica Matemática pode não parecer nítida, sendo sustentada apenas pelo uso do termo “função”, que não necessariamente é um termo exclusivo dessa disciplina.³ Contudo, poucas frases abaixo ela se torna tão clara a ponto de parecer algo intuitivo, dado e aceito pelo campo analítico, quase que não necessitando de mais explicações.

Já não seria má preparação se os psicanalistas praticassem um pouco de Matemática. O sujeito ali é fluído e puro, de modo algum preso ou acudado. [...]. Um sujeito segundo a linguagem é aquele que conseguimos depurar com grande elegância na Lógica Matemática. Salvo que resta sempre alguma coisa a citar que é de antes. O sujeito é fabricado por um certo número de articulações produzidas e de onde ele caiu como fruto maduro da cadeia significante. (Lacan, 1967-1968/2006, pp. 53-54).

Apesar da aparência simples, consideramos que temos aí uma articulação fértil no que diz respeito à proposta de formalização da teoria psicanalítica. A indicação para que os analisados praticassem um pouco de Matemática de forma alguma nos parece leviana, pelo contrário, tem sua razão de ser, se levado a sério o programa estabelecido pelo próprio autor, páginas antes, para a apreensão de seu sujeito.

Após deixar claro que seu ensino diria respeito à linguagem, cerne sob o qual circulam todos os desdobramentos dessa conferência, Lacan apresenta o que nos parece o passo inicial de seu programa a ser seguido para que se compreenda os alcances de sua teoria da linguagem, e conseqüentemente, de sua concepção de sujeito. Segundo Lacan, (1967-1968/2006, pp. 41-42)

Não é entre o físico e o psíquico que o corte deve ser feito, mas entre o psíquico e o lógico. [...]. Com efeito, talvez seja de fato verdade que o inconsciente não funcione segundo a mesma lógica que o pensamento consciente. Trata-se nesse caso de saber qual. Tampouco funciona menos logicamente, não é uma pré-lógica, não, mas uma lógica mais maleável, mais fraca, como se diz entre os lógicos. [...]. Uma lógica mais fraca não é absolutamente menos interessante que uma lógica mais forte, é inclusive

³ A título de ressalva, a noção de função, além de não ser exclusiva da lógica matemática, se compõe de ao menos quatro modos formais: a) como expediente formal na lógica de predicados; b) como função bijetora na moderna teoria dos conjuntos; c) como função proposicional em Peirce, e futuramente com Russell; e d) como função de um argumento: $f(x)$, em Frege. No presente trabalho, apenas o último desses modos será contemplado.

muito mais interessante, uma vez que é muito mais difícil sustentá-la, mas ela se sustenta mesmo assim. *Podemos nos interessar por essa lógica, pode inclusive ser expressamente nosso objeto interessarmo-nos por ela, nós psicanalistas, se é que ainda os há.* (Grifos nossos).

Fica claro que sua concepção de linguagem está intrinsecamente ligada à lógica. Essa aproximação de modo algum é nova, basta lembrar dos silogismos aristotélicos, ou mesmo da proposta fregiana de construção de uma “conceitografia”. Mas, por mais que compreenda que fazer lógica, ou melhor, que reduzir as coisas às letrinhas da álgebra seria uma tentativa de evitar os equívocos da linguagem (Lacan, 1967-1968/2006), o psicanalista estava muito bem advertido da impossibilidade de tal tarefa.

E por que seria impossível? Por causa de sua concepção de sujeito. Nas palavras do autor, “você buscam justamente eliminar o sujeito. E, com efeito, a partir do momento em que vocês colocaram as letrinhas, por um instante ele é eliminado. Vocês irão reencontrá-lo no final, sob a forma de todo tipo de paradoxos” (Lacan, 1967-1968/2006, p. 97). Na qualidade de efeito da cadeia significante, ou seja, sendo aquilo que representa um significante para outro significante, o sujeito é o que escapa à tentativa de uma escrita sem equívocos de um sistema da lógica clássica.

Daí dizer que a Psicanálise nos convida, na qualidade de um discurso inédito, a interrogar o surgimento de uma outra lógica (Lacan, 1967-1968/2006), de uma lógica mais fraca, que de modo algum é menos interessante. Trata-se de uma lógica que leve em consideração, ou melhor, que opere com o sujeito, pois “se algo nos restitui o sentimento de que há um lugar onde ele é sustentado, onde é com ele que se lida, é nesse nível chamado inconsciente” (Lacan, 1967-1968/2006, p. 91).

Ao propor que o corte seja entre o psíquico e o lógico, o autor produz um movimento que retira o sujeito da dualidade cartesiana corpo-mente, inserindo-o em outra relação, aquela entre o subjetivo e o lógico, entre o subjetivo e a linguagem. Essa operação, além de descartar o sujeito como indivíduo, permite sua “despsicologização” e “dessubstancialização”. “O sujeito de que se trata nada tem a ver com que é chamado de subjetivo no sentido vago, no sentido do que mistura tudo, nem tampouco com o individual” (Lacan, 1967-1968/2006, p. 89). Sendo ainda mais radical, salienta que está introduzindo “a função de sujeito como algo distinto do que é do âmbito do psiquismo” (Lacan, 1967-1968/2006, p. 45, grifo nosso), para logo em seguida localizar essa função no campo da linguagem, e também da Lógica Matemática.

É ao estabelecer o significante em sua diferença quanto ao signo que o autor apresenta seu sujeito, “enuncio o que o distingue do signo: é que ‘o significante é o que representa o sujeito para outro significante’, não para outro sujeito”, e completa, “isso necessita a admissão formal, topológica, [...], de um certo quadro, que chamaremos de ‘quadro A’. Também é chamado de ‘o Outro’. [...]. Para que possamos nos situar quanto ao funcionamento do sujeito, esse Outro deve ser definido como o lugar da fala [*parole*]” (Lacan, 1967-1968/2006, pp. 45-46).

Onde a palavra “assume seu valor de palavra, isto é, onde ela inaugura a dimensão da verdade” (Lacan, 1967-1968/2006, p. 46), este Outro (*Autre*) pode ser concebido como “o lugar significativo no qual o sujeito se constitui” (Campos e Silva, 2017, p. 58). De modo genérico, poderíamos sustentar que o Outro é a cadeia significativa sendo articulada à revelia do sujeito, tal qual uma “máquina simbólica”, e da qual este resulta, em função de sua posição peculiar, como efeito.

Institui-se, assim, a precedência do Outro e da linguagem ao sujeito. Como nos adverte Elia (2010, p. 44), é “uma *anterioridade anteriormente inexistente*” (Grifos do autor), ou seja, um antes que passa a existir como tal, no futuro, no momento em que o sujeito é produzido. Estamos falando da já conhecida temporalidade circular da teoria lacaniana, também denominada de futuro anterior, “a anterioridade lógica do futuro em relação ao passado” (Eidelsztein, 2020, p. 17).

Mais uma vez nos deparamos com a lógica, a qual, além de estatuto existencial, é também a conjuntura temporal implicada na produção do sujeito. Nessa perspectiva, não apenas o Outro passa a ser anterior por meio de um acontecimento futuro, mas o próprio sujeito barrado ($\$$), “é algo que vem de um lugar onde está suposto inscrito, a outro lugar onde vai a inscrever-se novamente” (Lacan, 1966-1967a, lição I, p. 21, tradução nossa), como se já estivesse lá de onde surgiu (do Outro), sendo marcado também pelo estatuto do futuro anterior.

Assim, se é possível dizer que o que se produz na articulação significativa é um sentido (Lacan, 1957/1998), e como a condição temporal dessa operação é o futuro anterior, o sujeito é algo que *representa para o significante de onde surgiu, um sentido* (Lacan, 1966-1967a). Desde aqui já se pode perceber como Lacan se apoia na teoria fregiana da diferença entre sentido (*Sinn*) e referência (*Bedeutung*). Abordaremos essa questão com mais detalhes em outro subtópico, por agora nos contentamos em sinalizar que o significante ao qual o sujeito é representado como sentido é o significante de sua falta, “a saber, o objeto *a*, que, neste nível, cumpre precisamente a função que Frege distingue do *Sinn* sob o nome de *Bedeutung*” (Lacan, 1966-1967a, lição I, p. 23, grifos do autor, tradução nossa). Coincidentemente, vamos reencontrar o objeto *a* juntamente com as considerações sobre a “admissão formal do Outro”, ocupando esse lugar de elemento causal da divisão do sujeito, localizado ali onde se dá a castração (Lacan, 1967-1968/2006).

O discurso de Baltimore e a imissão de Outridade⁴

Antes de apresentar a teoria da função em Frege, a conferência “Of Structure as an Inmixing of an Otherness Prerequisite to any Subject Whatever” (Lacan, 1966/2002), também conhecida como Discurso de Baltimore, de 21 de outubro de 1966, nos interessa particularmente, pois trata da relação entre o “sujeito” e o “número”.

4 Neste trabalho, optamos pela tradução realizada por Alba Escalante e Vivian Tonato Padilha, na medida em que “imissão” significa ao mesmo tempo intromissão e mistura, enquanto “outridade” traz consigo a marca peculiar do “Outro”. Cf. Eidelsztein, A. (2020). *A origem do sujeito em Psicanálise*. São Paulo: Toro Editora. pp. 78-79.

Partindo do mais conhecido de seus aforismos, “o inconsciente está estruturado como uma linguagem”, o francês traça um caminho para situar a questão do sujeito no centro de suas considerações. A tarefa proposta é “encontrar um estatuto preciso para este outro sujeito que é exatamente a classe de sujeito que podemos determinar tomando nosso ponto de partida na linguagem” (Lacan, 1966/2002, p. 5, tradução nossa).

Nessa busca pelo estatuto preciso, introduz-se a perspectiva de que

É necessário encontrar o sujeito como um objeto perdido. Mais precisamente este objeto perdido é o suporte do sujeito e em muitos casos é uma coisa mais abjeta do que podem considerar – em alguns casos é algo feito, como todos os psicanalistas e muitas pessoas que foram psicanalisadas conhecem perfeitamente bem. (Lacan, 1966/2002, p. 5, tradução).

Em resumo, ao mesmo tempo que se sustenta o inconsciente em sua estrutura linguageira, instaura-se a apreensão do sujeito como efeito da cadeia significante. O recurso utilizado, nessa conferência, para dar cabo à tarefa é a gênese dos números inteiros, em especial a gênese numérica do 2. A fim de compreendermos esse movimento, é necessário observar que aquilo que serve de base para tal são as teses fregianas sobre a constituição dos números. Como atestam Rona (2021) e Iannini (2009), Lacan encontra na teoria de Frege tanto a possibilidade de uma escrita formalizada para o registro do real quanto um modelo para a fundamentação lógica de sua teoria do significante.

Fregianamente falando, “os números não se reduzem aos símbolos que os expressam, nem a objetos físicos do mundo empírico e nem a itens mentais do mundo subjetivo de quem os pensa” (Alcoforado, 2009, p. 20). A semelhança com o significante não é mera coincidência, ambos não podem ser deduzidos nem pela experiência sensível nem pela intuição. O realismo lógico de Frege serve como expediente para que o analista sustente a mudança, citada anteriormente, do corte psíquico-físico para o corte entre o psíquico e o lógico (Lacan, 1967-1968/2006). Não por acaso, esse é justamente o princípio ao qual Frege se atém em seu “Fundamentos da Aritmética”, publicado em 1884, Lacan apenas o toma também para si.

Para sua definição de número, Frege parte do que ele vai chamar de “equinumericidade”:

Isto é, para se poder dizer o que é um número, faz-se necessário explicitar o que quer dizer que dois números são iguais, o que implica o pressuposto de ser a relação de igualdade fundamental, e o princípio de igualdade ($x=x$), irrevogável [...], trata-se então de definir o conceito que subsume a igualdade numérica. Frege, “por uma questão de brevidade” chama esse conceito de equinumérico, [...], o conceito é definido como a possibilidade do estabelecimento de uma relação biunívoca entre os objetos que caem sob o conceito da equinumericidade, da forma “F é equinumérico a G”. Assim, F será equinumérico a G se entre os dois se estabelecer uma relação biunívoca, ou se a cada elemento do objeto F (a extensão do conceito F) corresponder um, e apenas um elemento do objeto G (a extensão do conceito G) e reciprocamente. (Rona, 2021, p. 122, grifo do autor).

Estabelecida tal noção, pode-se agora determinar a maneira como o número pertence a um determinado conceito, e Frege (1884/1983, p. 261) o faz da seguinte maneira: “o número que convém ao conceito F é a extensão do conceito ‘equinúmero ao conceito F’”. Notem que “equinúmero ao conceito F” é um conceito, logo tal conceito tem como extensão (objetos que caem sob o conceito) todos aqueles conceitos que são equinúmericos a F; assim, o número que convém a F é o conjunto dos conceitos que suas extensões possuem uma relação biunívoca com a extensão do conceito F.

O próximo passo é substituir o conceito F por um conceito que nada subsuma e, assim, fundar o número zero (0). O conceito escolhido por Frege é o da não identidade com si mesmo, ou o “diferente de si próprio”; não é difícil entender o porquê de tal escolha se levarmos em conta que a igualdade é o ponto de partida de sua teoria, assim, ao conceito “diferente de si próprio” nada cai, logo, sua extensão é nula.

Estabelecido o número zero (0), é possível definir ao mesmo tempo o número um (1) e a ideia de sucessor ($n + 1$). O número um (1) é aquele que convém ao conceito “igual a 0”, uma vez que sob esse conceito cai apenas um objeto, o próprio zero (0). Já o sucessor, é definido pela proposição: “há um conceito F e um objeto x que cai sob ele tais que o número que convém a F é n e o número que convém ao conceito ‘cai sob F mas não é igual a x’ é m” (Frege, 1884/1983, p. 264), da qual se demonstra que n segue m na série dos números naturais. Em seguida teríamos o número dois (2) como o número que vem para o conceito “igual a 0 ou 1”; o número três (3) como o número que vem para o conceito “igual a 0, 1 ou 2”, e assim por diante.

A gênese numérica de Frege implica que o zero (0) seja contado para que se dê início à cadeia dos números, é sobre esse ponto que Lacan se apoia e ele busca no traço unário o fundamento do cálculo para o sujeito (Lacan, 1961-1962/2003). Partindo dos traços enfileirados, ou da série “1 + 1 + 1 + ...”, o analista percebe que é necessário que eles não sejam o mesmo, mas antes, sejam o suporte da própria diferença significativa (Lacan, 1961-1962/2003).

De acordo com Lacan (1977, p. 473),

Frege se propôs a explicar como toda a conversa, o blá-blá do discurso, chega a algo que pode tomar forma [corpo], e no real. Para que isto tome forma [corpo] no real, Frege é levado a fazer um jogo de escrituras, cujo status ainda está em dúvida. Por que todo o verdadeiro absurdo sem limites do que está sendo dito deveria dar acesso à realidade? No entanto, o fato é que, sem saber como isso acontece, a linguagem pode contar. Ou as pessoas têm que ser capazes de contar através da linguagem? Ainda não está decidido. Mas é impressionante que a escrita não esclarece a função do número, exceto pelo que eu chamei – tendo-o descoberto em Freud – o traço unário. E, no entanto, esta função do número é o que dá acesso, não diretamente, ao real. (Tradução e grifos nossos).

Enquanto marcas distintivas, o traço unário não é um significativo, em sentido fregiano seria algo do tipo pré-numérico, que não por acaso passa a ser contado para que possa se representar. Collett (2014), influenciado por Badiou, nos diz que, assim como

em Kant e Frege, nos quais a multiplicidade é contada-como-um, o mesmo se daria em Lacan. Com uma pequena diferença, nos dois primeiros ela forma um zero (0), já o último percebe que apesar de ser contada como zero (0) é antes de mais nada um “não-um”, uma falta, um -1. Não à toa, Lacan (1961-1962/2003) sustenta que não só o contar começaria cedo para o sujeito, localizando tal ato na própria linguagem, como o próprio sujeito seria um erro de conta.

Nessa trilha, Rona (2021, p. 129) nos adverte que o zero (0) ganha seu estatuto de número a partir de uma nomeação, e que essa operação “mais que promover a unidade, compromete o objeto com sua própria unicidade”. Levando a sério então a ideia lacaniana de que “se é do objeto que o traço surge, é algo do objeto que o traço retém, justamente sua unicidade” (Lacan, 1961-1962/2003, pp. 100-101), o zero (0) da contagem dos traços unários, que na verdade trata-se de um -1, poderia ser aproximado da noção de objeto a , um zero (0) nomeado no qual Lacan localiza a falta de um objeto (aquilo que do objeto o traço retém, sua ausência).

Enquanto conceito, o zero é a presença do ilógico no sistema lógico fregiano. Isso porque sua existência enquanto conceito enuncia a ideia de uma contradição, e é exatamente por ser uma contradição que é sustentado para que algo possa surgir. Não por acaso, o que daí desponta é sua contraparte, o zero-objeto (0), que poderíamos chamar propriamente de número zero (0) (Collett, 2014). Miller (1967), inclusive, localiza nesse último o sujeito lacaniano, a sutura da ausência, na medida em que é o zero (0) enquanto número que vem para o conceito (contraditório) que escancara o vazio.

Em resumo, reunindo ambas as posições,

No jogo de identificação da privação primordial não há apenas como efeito a manifestação de um puro buraco, de um zero inicial da realidade do sujeito se encarnando na pura falta. Há sempre, nesta operação, e especialmente manifesta, especialmente surgindo da experiência frustrante, alguma coisa que escapa a sua dialética. Um resíduo, alguma coisa que manifesta que, no nível lógico onde aparece o zero, a experiência subjetiva faz aparecer essa alguma coisa que chamamos o objeto a e que, unicamente por sua presença, modifica, inclina, inflete toda a economia possível de uma relação libidinal com o objeto, de uma escolha qualquer que se qualifique de objetal. (Lacan, 1964-1965/2003, p. 190).

Assim, se o objeto a está implicado no zero (0), concordamos com Collett (2014) que este seria o objeto faltante, o -1, entrevisto por Lacan na contagem do conjunto dos traços unários enquanto zero (0); e mais do que isso, acompanhando Miller (1967) no que diz respeito ao zero-objeto, que esse objeto (a) é o sujeito em sua “forma-objeto”. Em outras palavras, Lacan introduz o sujeito na estrutura, a partir do objeto a , como objeto faltante, “resíduo lógico” do contar o conjunto dos traços unários como zero (0). Temos aqui nossa aproximação, apontada alguns parágrafos alhures, entre o zero (0) na teoria de Frege e o objeto a lacaniano.

Seguindo nessa trilha, se é pelo fato de o zero (0) cair como único objeto do conceito “Igual a 0” que ele passa a existir como número na série dos naturais, ou seja, Frege postula a repetição do zero (0) como condição de sua existência, o mesmo se dá com

o sujeito de Lacan (1966/2002, p. 8), “o sujeito é o efeito dessa repetição, na medida em que necessita da evanescência, da obliteração do primeiro fundamento do sujeito, razão pela qual o sujeito, estatutariamente, é sempre apresentado como uma essência dividida”.

Cabe ressaltar que essa aproximação já fora proposta por Lacan (1964-1965/2003, p. 177), “o sujeito seria, em suma, reconhecível naquilo que se revela, no pensamento matemático, estreitamente ligado ao conceito de falta, a este conceito cujo número é zero”. Vemos surgir aí a condição paradoxal do sujeito na cadeia significante, falta contada como um excesso, um -1 que ao mesmo tempo funciona como +1, o que interpreta esse jogo evanescente de presença/ausência. Articulando isso à ideia da contagem dos traços unários, Lacan (1966/2002, p. 10) afirma que

O sujeito é a inserção de uma perda na realidade e, ainda assim, nada pode introduzir dita perda, já que a realidade está – por definição – tão plena como lhe é possível estar. O conceito de uma perda é o efeito permitido pela instância do traço, o qual é aquilo que, com a intervenção da letra que vocês determinam, situa – digamos a_1 , a_2 , a_3 – os lugares (que) são espaços para uma falta. Quando o sujeito toma o lugar da falta se introduz uma perda na palavra, e essa é a definição de sujeito. (Tradução nossa).

Portanto, Lacan insere o sujeito de volta na estrutura, e não só o faz *a partir* de uma falta, mas como uma falta. Em outras palavras, trata-se da inserção de uma falta (-1) que ao se repetir passa a ser contada (“Igual a 0” = 1), temos como resíduo disso esse “lugar que é espaço para uma falta” (*a* e com o surgimento do 1 e sua repetição (“Igual a 0 ou 1” = 2) o sujeito tomando esse lugar, não o preenchendo, mas se “identificando”⁵ com tal falta. O que propomos como resultado dessa identificação é que o estatuto da falta passa ao estatuto da perda e então o -1 não mais é lido como objeto faltante, e sim como objeto perdido, o qual passa a ser buscado.

Percebam que o objeto *a* teria então uma dupla função: (i) objeto faltante inicial, resultado lógico da contagem dos traços unários como zero (0), no qual Miller (1967) e Collett (2014) localizam o sujeito em sua “forma-objeto”; (ii) objeto perdido, causa do desejo, que o sujeito busca na tentativa de reencontrá-lo.

No primeiro caso, aproximamo-nos da ideia de que se trata da “primeira *Bedeutung*, o objeto *a*, o primeiro referente, a primeira realidade, a *Bedeutung* que resta, porque ela é, depois de tudo, tudo o que resta do pensamento ao final de todos os discursos” (Lacan, 1966-1967a, p. 23). Já no segundo, o próprio *a* do fantasma ($\$ < a$); ou como diz Lacan (1966/2002, p. 10), “a questão do desejo é que o sujeito evanescente anseia encontrar-se de novo por meio de algum tipo de encontro com essa coisa milagrosa definida pelo fantasma. O respalda nesta empresa aquilo a que eu chamo o objeto perdido”.

5 “se é verdadeiro que a função do um na identificação, tal que a estrutura a decompõe, a análise da experiência freudiana, é aquela, não do *Einheit*, [...]; não o círculo, mas outra coisa; a saber o que chamei para vocês, de um 1; esse traço, essa coisa insituável, essa aporia para o pensamento que consiste em que, justamente, nisso ele é tanto mais apurado, simplificado, reduzido a qualquer coisa. Com suficiente enfraquecimento de seus apêndices, ele pode terminar reduzindo-se a isso: um 1” (Lacan, 1961-1962/2003, p. 150).

Função em Frege

Destacada a aproximação de Lacan com a teoria de Frege, passamos agora à apreciação do termo função neste, tendo em vista nossa hipótese inicial de articulá-la ao conceito lacaniano de sujeito.

Em sua tentativa de logicizar a Matemática, e nesse sentido dar uma concepção mais rigorosa a seus termos, Frege concebia que a função não poderia ser confundida com seu conteúdo, ou seja, com a referência da expressão de um cálculo. Se assim fosse, a expressão “ $2 \cdot 1^3 + 1$ ” nada mais seria que seu “resultado”, o número 3, e nada de novo se teria em relação àquilo que já existia na Aritmética, sem contar que desse modo não haveria nenhuma diferença entre aquela e a expressão “ $2 + 1$ ”, por exemplo, uma vez que apresentam a mesma referência.

Não é raro que ao se falar sobre função, em Matemática, se tenha em mente uma expressão que contenha a letra x , tal como “ $2 \cdot x^3 + x$ ”. Segundo o autor, o fato de se utilizar a letra x para indicar o lugar que deve ser preenchido pelo número é que nos levaria a uma concepção mais exata de função. Sendo x entendido como o argumento da função, temos que

O essencial a uma função se encontra no que há de comum a essas expressões [“ $2 \cdot 1^3 + 1$ ”; “ $2 \cdot 2^3 + 2$ ”; “ $2 \cdot 4^3 + 4$ ”], a saber, no que permanece de “ $2 \cdot x^3 + x$ ” quando se suprime a letra x , o que se poderia escrever assim: “ $2 \cdot ()^3 + ()$ ”. Importa mostrar que o argumento não faz parte da função, mas que compõe junto com a função um todo completo. A função, por si só, é dita *incompleta*, necessitada de complementação ou *insaturada*. (Frege, 1891/2009, pp. 85-86, grifos nossos).

Principal ponto que a diferencia do argumento, a insaturação articula o desenvolvimento lógico acerca da função. Ao contrário do primeiro, que é “um todo completo em si mesmo” (Frege, 1891/2009, p. 86), a função instaura e sustenta um espaço vazio na realidade. Na análise das expressões, caberia então dividi-las em duas partes, o sinal de argumento e a expressão da função. A relação entre ambos se dá à medida que o argumento preenche esse vazio, formando um “todo completo” (função + argumento), que tem como resultado o que Frege (1891/2009, p. 87) vai chamar de “valor da função para este argumento”.

Como bem se sabe, as letras empregadas para indicar uma função são as letras f e F , segue-se a elas o par de parênteses que aponta o lugar vazio para o sinal do argumento, assinalando a necessidade de sua complementação. Nesse sentido, costuma-se escrever $f(x)$ para indicar uma função qualquer; contudo, tendo em mente que x não faz parte da função, também poderíamos escrever $f()$, dando certa ênfase para esse vazio instaurado pela função.

Frege também adiciona aos sinais $+$, $-$, etc., os sinais $=$, $>$, $<$, possibilitando a escrita de funções como $x^2 = 1$. Feito isso, indaga qual seria então o valor dessa função para diferentes argumentos e conclui nos dizendo que “o valor de nossa função é um valor de verdade” e distingo o valor de verdade em o verdadeiro e o falso” (Frege, 1891/2009, p. 92). Em outras palavras, se substituirmos x por -1 , temos que o valor da

função para esse argumento é “o verdadeiro” e, nesse caso, é possível dizer que “-1 cai sob o conceito de raiz quadrada de 1” (Frege, 1891/2009, p. 94).

Tal condição permite a Frege postular o que entendemos por “conceito” em lógica, que nada mais é que um tipo de função, “um conceito é uma função cujo valor é sempre um valor de verdade” (Frege, 1891/2009, p. 94). Em seguida, ainda nesse raciocínio, considera a expressão em sua forma linguística, ou seja, uma sentença assertiva, e aponta que tais sentenças expressam como sentido um pensamento e que esse pensamento apresenta um valor de verdade (Frege, 1891/2009, p. 94).

Para exemplificar, tomemos a sentença “Brasília é a capital do Brasil”. Dividindo-a em “função” e “argumento”, temos, respectivamente: “x é a capital do Brasil” e “Brasília”. Se considerarmos tal função em termos de conceito, temos que “Brasília” cai sob o conceito “ser a capital do Brasil” e, assim, o valor da função, isto é, aquilo que é expressado pelo seu pensamento, para esse argumento, é o “verdadeiro”, pois Brasília realmente é a capital do Brasil.

Uma vez que temos aqui a relação de “cair sob” um conceito, fica claro que o argumento nesse caso é um objeto. Frege nos diz que é impossível uma definição de tal termo, sendo possível somente dizer que “um objeto é tudo o que não é função, tudo aquilo cuja expressão não contém lugar vazio” (Frege, 1891/2009, p. 96); por conseguinte, tem como característica central a saturação. O autor vai considerar como objeto “as coisas sensorialmente perceptíveis objetivamente existentes fora de nós, os números, o verdadeiro e o falso, os percursos de valores das funções e as extensões dos conceitos” (Frege, 1891/2009, p. 96).

Quanto à função, não fica claro nos textos como seria possível representá-la sem fazer o uso do termo, portanto podemos entendê-la como a lei lógica que prescreve a relação a ser estabelecida, ou, no caso do conceito, a operação que reúne os objetos sob um conjunto.

Em resumo,

Cada uma das expressões “sen 0”, “sen 1”, “sen 2” refere-se a um certo número, mas elas apresentam um componente comum, “sen”, pelo qual designamos o que é propriamente essencial à função seno. [...]. Segundo isto, “sen” referir-se-ia a uma lei. Isto, porém, não é de todo correto. A lei parece-nos mais bem expressada pela equação “ $y = \text{sen } x$ ”, onde o sinal “sen” é apenas uma parte, *embora seja a parte caracterizadora da peculiaridade da lei*. E não chegamos aqui ao que buscávamos, a função? Deste modo, “f” indicará efetivamente uma função. (Frege, 1904/2009, p. 202, grifos nossos)

A função como parte peculiar da lei, prescreve a operação que deve ser estabelecida pelo argumento ou, no caso de uma função com mais de um argumento, entre os argumentos, tendo em vista sua referência.

Para além disso, a sentença expressa um sentido e designa uma referência. Sobre esse último ponto, Frege deposita especial atenção, haja vista sua preocupação em formular uma linguagem formal rigorosa e científica. Ele parte da indagação a respeito

de se a expressão $a = b$ deve ser considerada como uma igualdade entre os objetos representados pelos sinais ou se se trata de uma igualdade entre os sinais. No texto “Sobre o Sentido e a Referência” (1892), apresenta a ideia de que o que se estabelece é uma igualdade entre o que os sinais a e b designam ou referem-se. Tal posição é o que lhe permite evidenciar a diferenciação entre o que chama de sentido (*Sinn*) e referência (*Bedeutung*).

Segundo o autor, “É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letras), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência (*Bedeutung*), ainda o que eu gostaria de chamar o sentido (*Sinn*) do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto” (Frege, 1892/2009, p. 131).

O exemplo mais famoso e didático que nos permite apreender essa diferença são as expressões “a estrela da manhã é um corpo iluminado pelo sol” e “a estrela da tarde é um corpo iluminado pelo sol” (Frege, 1892/2009, p. 137). Para aqueles que não sabem, “estrela da manhã” e “estrela da tarde” referem-se, ambas, ao planeta Vênus, ou seja, têm como referência o mesmo objeto. Acontece que a maneira pela qual esse objeto é apresentado, o seu sentido, difere nas duas situações a depender do horário do dia em que se olha para o céu. O fato de se apreender o sentido de uma expressão não garante que esta tenha uma referência, isso significa que para que se expresse um sentido basta que a sentença “seja gramaticalmente bem construída” (Frege, 1892/2009, p. 133), salvo no caso da linguagem científica, na qual é importante que cada expressão tenha referência e apenas um sentido.

A principal particularidade da referência é que ela se mantém inalterada caso se substitua um nome por outro com o mesmo referente, o que acontece nas sentenças sobre Vênus. Isso também é explicado por Leibniz em seu princípio *salva veritate*, a saber, “idênticas são as coisas que se podem substituir umas às outras, sem prejudicar a verdade” (*eadem sunt quorum unum potest substitui alteri salva veritate*). Não à toa, Frege (1892/2009, p. 138) pontua que é “a busca pela verdade, onde quer que seja, o que nos dirige do sentido para a referência”.

Tal posição leva-o a afirmar que o valor de verdade de uma sentença, em outras palavras, o verdadeiro e o falso, pode ser tomado na qualidade de referente (Frege, 1892/2009). Isso implica tanto em conceber o valor de verdade como um objeto quanto sustentar que todas as sentenças assertivas verdadeiras têm a mesma referência, no caso o verdadeiro, e o mesmo valendo para as sentenças falsas. Importante salientar que ter o mesmo referente não é necessariamente expressar o mesmo pensamento/sentido, os modos de apresentação (sentidos) de uma mesma referência (objeto) podem ser variados.

Lacan com Frege: entre função e sujeito

Feita a apresentação do conceito lacaniano de sujeito e da função fregiana, sustentaremos aqui uma aproximação entre ambos. Apesar de não propor tal aproximação, e acabar por correlacionar o sujeito ao argumento, Torres (2013, p. 84) aponta para o fato de que

Um dos pontos de partida da lógica fregeana na conceitografia é indicar como a decomposição da proposição entre função e argumento aponta o equívoco da lógica baseada na decomposição entre sujeito e predicado. Pois, *fica claro, como aquilo que pode ser tomado como sujeito sobre o qual incide determinado predicado não é menos função do que o próprio predicado.* (Grifos nossos).

Partindo daí, chama-nos a atenção, de início, que a função instaure, de certa maneira, um lugar vazio na linguagem. Sua insaturação permite ao lógico operar com tal vazio, cernindo lugares de ausência, ao mesmo tempo que prescreve a relação a ser estabelecida; em outras palavras, por meio da falta instalada, há a possibilidade de fazer operar ali uma relação, quicá uma cadeia de relações entre seus possíveis argumentos.

O mesmo poderia ser dito do sujeito, na medida em que este, segundo Lacan (1966/2002, p. 10), no já citado Discurso de Baltimore, “é a inserção de uma perda na realidade [...]. Quando o sujeito toma o lugar da falta se introduz uma perda na palavra e esta é a definição de sujeito” (Tradução nossa). A falta citada pode ser relacionada ao objeto *a*, que, como vimos anteriormente, é a própria inserção do sujeito em sua forma-objeto. Nesse sentido, Collett (2014, p. 142) nos esclarece que

A partir do Seminário livro X: A angústia (1962-1963), o sujeito não mais se identifica com o falo, mas com ele mesmo como falta, dando origem ao objeto pequeno *a* que é o sujeito objetivado. Ao sujeito não falta mais objetivamente aquilo com o qual se identifica, já que a falta é puramente subjetiva [*subject-ive*]. [...] o objeto pequeno *a* é agora considerado como a inserção do sujeito na estrutura. (Tradução nossa).

É na introdução dessa falta na estrutura que se localiza a “fecundidade da operação” (Lacan, 1966-1967a, lição I, p. 23, tradução nossa), em outras palavras, é porque falta algo que a cadeia significante se produz. Como vimos anteriormente, a série dos números inteiros também segue a mesma lógica. É o conceito sob o qual não cai nenhum objeto que funda a encadeação numérica e, como o próprio Lacan (1966/1967a, lição I, p. 9) aponta, “é muito provável que o processo dos inteiros não seja senão um caso especial desta relação entre significantes” (Tradução nossa). Isso implica que também a cadeia significante só é possível uma vez que se introduz essa falta por meio do objeto *a*, ou seja, em ambos os casos se trata da introdução de um vazio com o qual se opere.

Seguindo a consideração lacaniana de que a série significante pode ser definida como o que o autor decidiu chamar de Outro (Lacan, 1966/1967a, lição I), o objeto *a* nada mais é que a inscrição da falta do significante do sujeito no Outro e, portanto, trata-se do ponto articulador da dialética entre ambos (sujeito e Outro). Nas palavras de Lacan (1966/1967a, p. 18),

O que resulta da relação do sujeito com o objeto *a* se define como um primeiro círculo, que outro círculo, o do Outro, vem recortar, o *a* minúsculo é sua interseção. É por isso que o sujeito nunca [...] poderia ser instituído se não fosse numa relação de falta nesse *a* que é do Outro, [...]. O que quer dizer isto? Que é essencialmente na representação de uma falta {*manque*},

enquanto operando, que se institui a estrutura fundamental da *bolha* que ao começo chamamos: *a estofa do desejo*. (Grifos do autor, tradução nossa).

Porém a *função* sujeito, e damos ênfase à palavra *função*, não pode ser tomada simplesmente como sinônimo do objeto *a*, pois, como vimos em Frege, objeto e *função* são, por natureza, diferentes. No Seminário XIV, encontramos a saída para esse engodo quando Lacan, numa breve passagem da lição 1, de 16 de novembro de 1966, localiza no objeto *a* não a *função*, mas, antes, a posição de referente.

Assim,

Todas elas [vossas cogitações] se dirigem a esse significante da falta do sujeito que se torna um certo primeiro significante desde que o sujeito articula seu discurso. A saber [...], o objeto *a*, que, nesse nível, cumpre precisamente a *função* que Frege distingue do *Sinn* sob o nome de *Bedeutung*.

É a primeira *Bedeutung*, o objeto *a*, o primeiro referente, a primeira realidade, a *Bedeutung* que resta, porque ela é, depois de tudo, tudo o que resta do pensamento ao final de todos os discursos. (Lacan, 1996-1967, p. 23, grifos do autor, tradução nossa).

Ao propor o objeto *a* como primeira referência, Lacan articula aquilo que lhe parece mais caro ao seu conceito de sujeito, a falta. Tal operação apresenta certo refinamento lógico, na medida em que, ao contrário do proposto pela teoria fregiana, o referente diz respeito ao vazio, e é justamente isso que lhe permite introduzir o sujeito numa estrutura que a princípio propõe excluí-lo – ou, como diz Miller (1967), suturá-lo.

Segundo Ponte (1997), o sujeito precisa encontrar seu lugar no Outro, para que assim possa haver significado, e ele o encontra no vazio próprio do Outro, ocupando-o, como bem apontou Collett (2014), por meio da identificação. Ainda de acordo com o primeiro autor, o lugar significante do sujeito pode ser localizado na passagem por meio da qual a sua falta-em-ser coincide com a falta no Outro, lembrando que ambas as faltas apontam justamente para essa primeira *Bedeutung*, aquilo que restaria ao final de todo discurso, esse vazio que a própria linguagem produz por não existir um universo do discurso, um todo do que pode ser dito.

No Seminário 13 (1965-1966), Lacan já havia advertido que o recurso à referência de uma certa “objetividade experiencial” era insuficiente – e, mais do que isso, pontuava também a existência de um problema na *função* fregiana que poderia ser resolvido pela tomada do objeto *a* como valor de verdade. O interessante de tomar o objeto pequeno *a* como valor de verdade é que nos permite pensar a *função* sujeito, em termos de conceito, haja vista que um conceito, na teoria fregiana, é uma *função* que tem como valor um valor de verdade, sendo que ambos os valores de verdade são considerados objetos.

Segundo Mozas (s.d, p. 5), os valores de verdade dizem respeito a dois objetos internos a um sistema lógico específico, ou seja, “dois referentes internos adjudicados à proposição”, o que lhe possibilita afirmar que Lacan postula como os dois objetos internos à Psicanálise, e por conseguinte seus dois valores de verdade, o objeto *a* e o -

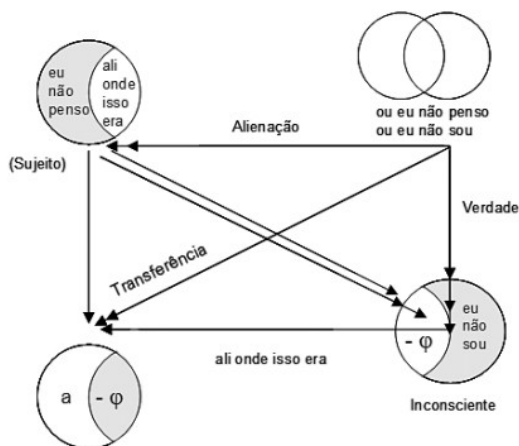
φ . Trata-se aqui do objeto fálico ($-\varphi$), que cumpriria “a função de pôr um objeto ali onde este faltava a partir do encontro com o Outro da linguagem. Pô-lo enquanto objeto suporte da série significante, um objeto sempre por vir no deslizamento metonímico da cadeia. [...] aquilo que o sustenta é a presença da falta de objeto (função simbólica [—])” (Torres, 2013, p. 23).

Destarte, a relação entre objeto *a*, *Bedeutung* e $-\varphi$ aparece, segundo Nassif, articulada pela “operação verdade” inscrita, por Lacan, no grupo de Klein, sendo ela a responsável pela passagem da lógica ao sujeito. Nas palavras do autor,

Agora bem, nos resta por dizer o que faz passar de um campo ao outro, da *Bedeutung* à lógica e da lógica ao sujeito. A chamaremos “a operação verdade”, designando assim que podemos encontrar a instância da castração no objeto-núcleo ao redor do qual gira o estatuto do sujeito gramatical, esse objeto que pode ser traduzido a partir da inadequação da linguagem à realidade sexual, em resumo, esse objeto *a* cujo estatuto lógico vamos poder definir. (Lacan, 1966-1967a, lição VIII, p. 6).

Contextualizando brevemente, Lacan utiliza o que em Matemática é conhecido como grupo de Klein para, a partir de algumas modificações, abordar a *cogito* cartesiano (ou a sua negação) e seu inverso, o sujeito da Psicanálise. Dessa forma, como mostra a Figura 1, localiza duas operações iniciais relacionadas à negação do “penso logo sou” (que no caso é “não penso” ou “não sou”), a saber, a alienação e a verdade.

Figura 1. Grupo de Klein Lacaniano



Fonte: Lacan (1967-1968, aula do dia 10 de janeiro de 1968).

De acordo com Torres (2021), no canto superior esquerdo, resultado da alienação, também chamada de escolha forçada por Lacan, temos o ser marcado pelo significante, “não penso” que também pode ser lido como “não sou nada senão essa marca”, em relação com o objeto *a*, aquilo que se perde mas que continua em relação, designando ali o ser sem sujeito (ser sem *Je*). Já no canto inferior direito, resultado da operação verdade, tem-se o sujeito implicado pelo não ser, ou seja, o “não sou” e o $-\varphi$

“como significado da castração, única significação definitiva para o significante, que indica justamente ao sujeito que não há significante que possa lhe dar um ser que não seja exatamente sua falta-a-ser” (Torres, 2021, pp. 215-216).

Ainda segundo Torres (2021), a constituição do sujeito se dá nessa passagem lógica do canto superior esquerdo ao canto inferior direito, por meio do apoio entre ambos os objetos (a e $-\varphi$). Tal passo diz respeito ao movimento que vai da falta, ligado ao objeto a como objeto faltante, à perda, correlacionada ao $-\varphi$ na qualidade de objeto perdido do Outro. Quanto ao sujeito,

Seu único caminho é ser construído na análise. Para tanto é necessário que se decante o objeto [a] pelas voltas da demanda. É esse objeto decantado [objeto a] que aparece no vértice EI [esquerdo inferior], mas somente enquanto apoiado em $-\varphi$, objeto-sustentação da cadeia significante, sem a qual não haveria voltas da demanda. (Torres, 2021, p. 216).

Percebe-se que existe uma identificação entre a e $-\varphi$, ambos apontando para a constituição do sujeito. O primeiro dizendo respeito à falta inaugural, adicionada à estrutura, suporte para a volta do desejo ao mesmo tempo que é objeto decantado quando se dá o aparecimento do sujeito; e o segundo marcando a falta-a-ser do sujeito na cadeia significante, ao passo que aponta para a castração, ponto no qual se observa o fracasso da articulação do que Lacan chama de *Bedeutung* sexual, ou seja, aquilo que resta da tentativa de a linguagem recobrir o campo sexual.

Por partes: o objeto a serve como o primeiro referente necessário para o encadeamento da série significante, sendo também o ponto de articulação entre sujeito e Outro, na medida em que marca (inscreve) a falta para ambos, isto é, “relaciona-se tanto à falta de sujeito (ser sem *Je*) como também à falta do Outro – $S(\bar{A})$ ” (Torres, 2021, p. 206). Enquanto suporte do desejo, serve de moldura ao sujeito, como se vê na figura do toro, além de estar implicado na alienação, visto que “é enquanto que eu sou a que meu desejo é o desejo do Outro, e é por isso que é por aí que passa toda a dialética de minha relação com o Outro, o grande A , aquela que no ano passado eu defini pela relação da alienação” (Lacan, 1964-1965/2003, p. 429).

Já o $-\varphi$ aponta para a única condição de ser do sujeito submetido ao significante, a saber a falta-a-ser (Torres, 2021). Efeito da operação verdade, “que instaura um pensamento – a cadeia significante, o inconsciente – que implica o sujeito pelo não ser” (Torres, 2021, p. 208). Além de ser também onde Lacan (1966-1967b, p. 183) designa a castração como significante, “isto é, a relação *significativa* da função fálica enquanto *falta essencial* da articulação da relação sexual com sua realização subjetiva”. Não aleatoriamente, Lacan (1967-1968/2006, p. 52) vai sugerir que o falo “é objeto perdido porque vem no lugar do sujeito como desejo”, apontando para a articulação existente entre o “aparecimento” de tal objeto ali onde o sujeito é tomado como desejo.

Dito isso, o que propomos aqui é tomar ambos os objetos na qualidade de referentes, no sentido fregiano do termo. Concordamos com Mozas (s.d.) quando propõe que ambos são os dois valores de verdade propostos por Lacan para sua lógica significante. E como estariam eles ligados à constituição lógica do sujeito, como bem

salienta Torres (2021), somos capazes de sustentar que o sujeito lacaniano pode ser tomado como conceito na acepção fregiana do termo, isto é, uma função que, quando preenchida pelo argumento, tem como valor um valor de verdade, no caso o objeto a ou o φ .

Nesse sentido, num primeiro momento, acreditávamos que a escrita da “função sujeito” seria algo do tipo $F_{(s)}$, tal qual $F_{(x)}$. Acontece que essa última é lida como “função de x ”, levando-nos a ler a primeira como “função de sujeito” (*fonction du sujet*). Adeptos a um certo tipo de preciosismo, observamos que quando Lacan diz do analista a altura, suas palavras quanto à função são “função que se chama sujeito” (*fonction qui s'appelle le sujet*), ou seja, o nome da função é “sujeito”; sendo assim, nossa hipótese é que isso implicaria na seguinte escrita: $\xi_{()}$, lê-se “função sujeito” (*fonction sujet*). A partir daí, poderíamos pensar em inúmeras possibilidades de “objetos” (extensões do conceito) que caíram sobre o conceito/função de sujeito, no lugar vazio entre os parênteses, sendo uma delas a própria relação $S_1 - S_2$.

A função sujeito [$\xi_{()}$] então, assim como a função seno, por exemplo, estabelece uma lei particular, diferente de outras funções, a ser seguida pelo(s) seu(s) argumento(s). Como no caso da Psicanálise, são os dois objetos que possibilitam a constituição do sujeito. A função sujeito, diferentemente de uma função em Frege, não existe *a priori*, ela é estabelecida/construída a partir do seu valor de verdade, num movimento que segue a linha temporal postulada pela teoria lacaniana, a saber, no futuro anterior. Desse modo, o objeto a , na medida em que marca, no Outro, a falta do significante do sujeito, serve como referente e aponta para o engendramento da função sujeito no só depois; em outras palavras, a produção da função sujeito se dá no *a posteriori* a partir da localização do objeto a na articulação significante que vem do Outro.

Cabe ressaltar que *Bedeutung* também é tomada por Lacan como significação, tal como aparece no escrito “A significação do falo” (*Die Bedeutung des Phallus*), de 1958. Nesse sentido, toda proposição que, ao ser lida, aponte como significação um dos objetos tomados como valor de verdade pode ser entendida como uma proposição que aponta para a função sujeito. Segundo Collett (2014, pp. 145-146),

Todas as proposições produzem significados, que são uma função do deslocamento metonímico de significado através de uma cadeia de significantes, culminando em um único significado que significa toda a proposição. Entretanto, abaixo do nível de significado está um outro significado (ou referência) que é sempre o mesmo objeto pequeno a , independentemente da frase em questão. Não somente os significados são uma função dos significantes, mas também o referente, e todas as proposições geram o mesmo (o objeto pequeno a).

Ao contrário do autor, sustentamos que, apesar de todas as proposições apresentarem o objeto a como referência “última” (abaixo do nível de significado está um outro significado), trata-se antes de uma leitura a ser feita pelo próprio analista. É na medida em que este lê na significação produzida algo que aponte para o objeto a que isso é possível, ou seja, que é possível construir ali, retroativamente, a função sujeito. E reafirmamos que tal leitura se dá no tempo lógico, isso nos impede de dizer

que a proposição gera o objeto a como referência, pois, como vimos, é objeto a enquanto referente que permite o engendramento da função sujeito.

Avançando um pouco mais na nossa hipótese, é possível pensar que no momento em que se engendra a função sujeito, a partir do objeto a como referente, se passa a operar com o $-\varphi$ enquanto referência, lembrando que há uma identificação entre objeto a e $-\varphi$, sendo essa a particularidade do que aqui chamamos de “função sujeito”. Em outras palavras, poderíamos sustentar que tal função diz respeito ao próprio movimento de constituição do sujeito, que vai da falta à perda, ou seja, que a princípio toma a falta como referente (a falta do sujeito no Outro), mas que ao se articular, ao ser produzida/lida pelo analista, aponta para a perda de objeto do Outro, dito de outra forma, a perda do sujeito enquanto objeto do Outro, o $-\varphi$, *significante* da falta de a . Assim, para que possa ser chamada de “função sujeito”, é necessário que tal função se trate de um reposicionamento do sujeito perante a falta inaugural, levando-o a lidar com ela, com esse objeto a , de uma outra posição, posicionando-se (o sujeito) como consequência da perda, o que entendemos como sendo o trabalho sob o fato de ser castrado.

O reposicionamento mencionado parece ser próprio da análise, entendida em seu aspecto mais particular, a saber, como produzindo um efeito de verdade. Nas palavras de Lacan (1966-1967a, lição V, pp. 17-18), “quero dizer que a continuação deste discurso – que lhes sustento – lhes precisará as razões pelas quais esse efeito de significação se especifica e deve de alguma maneira delimitar a função da interpretação em seu sentido próprio, na análise, como um efeito de verdade” (Tradução nossa).

Tal questão nos leva à discussão maior sobre a divisão do sujeito entre saber e verdade, o papel do objeto a nessa divisão, e a ideia da verdade como causa material implicada na incidência do significante (Lacan, 1965/1998). Partindo da divisão imposta pelo sujeito da ciência, na figura do *cogito*, entre saber e verdade, no sentido de que não há mais uma ligação intrínseca entre ambos, como se dava na Idade Média, o autor concebe a noção de verdade articulada à doutrina do movimento de Aristóteles, em especial na ideia dos quatro tipos de causa (material, formal, eficiente e final), presente em sua “Metafísica” (Reale, 2002).

Naquela que nos diz respeito, a verdade na Psicanálise tem o estatuto de causa material, ligada à materialidade do significante, na qual o vínculo com a significação não se dá de maneira intuitiva. Nesse sentido, tomando o sujeito como efeito da representação entre dois significantes, ele “não é, de ponta a ponta ‘produzido’ pelo simbólico. Pois o próprio simbólico é barrado, fundado em torno de um vazio de referencialidade, por um impasse do real” (Iannini, 2009, p. 213). Aí se localiza o objeto a , “como causa ausente” (Iannini, 2009, p. 214), vazio que opera como referente, articulando aquilo do real que sustenta a verdade como causa.

Numa volta a mais, que aqui sustentamos como a escrita/leitura da função sujeito (seja em um caso, seja em um texto etc.), ou que também poderia ser pensada nos termos da passagem desse vazio próprio ao objeto a ao estatuto de signo referente à

sexualidade e à não relação sexual, vamos ter o falo como signo que marca a falta do objeto. Nassif interpreta muito bem essa relação ao asseverar que “o que suporta essa verdade é o objeto a , com o qual a castração seguramente não carece de relação, posto que o falo, como seu signo, representa justamente a possibilidade exemplar da falta de objeto” (Lacan, 1966-1967a, p. 1).

E não apenas isso, mas o falo também funciona como significante privilegiado, na medida em que está “destinado a designar, em seu conjunto, os efeitos de significado” (Lacan 1958/1998, p. 697), ou seja, “não pareceria disparatado se afirmar que todos os elementos que vêm a ser significantes são medidos, ou têm seu valor em relação a ele” (Rona, 2021, p. 169). Desse modo, concordamos com Baldovino (2013, p. 62) quando propõe que

O ponto de verdade é o ponto de falta no saber, representado no sujeito pelo falo como falta, falta na estrutura do A [Outro], essa é a verdade do que se trata: que o saber é incompleto, e que daí nasce a divisão do sujeito com o qual temos que nos haver como analistas. E que com essa incompletude, com esse buraco da verdade da falta de saber pode trabalhar-se sem cair numa posição niilista. (Tradução nossa).

Condição que nos permite pensar que a interpretação analítica, enquanto efeito de verdade, desfaz uma relação já estabelecida entre saber e verdade, expressa no sintoma, e engendra uma outra relação possível e mais interessante – sendo a escrita/leitura da função sujeito $[\$ ()]$ o operador que o analista lançaria mão, na formalização do caso, para tal reposicionamento, a partir da cadeia significante. Assim como fazemos constar o específico de nosso argumento formal, corroboramos o ensinamento de Elia (2010, p. 70) quando propõe que o sujeito lacaniano poderia ser concebido como

Um operador [lógico matemático] que se impõe a nós, desde que nos coloquemos em determinada perspectiva, em determinado lugar [a teoria lacaniana] a partir do qual interrogamos a experiência humana [...], somos forçados a supô-lo a partir do momento em que reconhecemos [sustentamos como hipótese] a incidência do significante na experiência humana, [...], porque na verdade é o significante (e não nós) quem supõe o sujeito.

Considerações finais

O que apresentamos aqui, por se tratar de uma primeira abordagem que ora efetuamos sobre a aproximação entre o conceito de sujeito em Lacan e a noção fregiana de função, ainda é passível de mais refinamentos – contudo é o suficiente para sustentarmos nossa posição: se fomos capazes, por meio de uma leitura atenta e de uma investigação bibliográfica cuidadosa, de traçar um caminho coerente e fecundo em formalizações, a partir de uma pequena frase, extraída de uma conferência, não temos receio de afirmar que as articulações lacanianas com outras disciplinas, longe de meras analogias, estão repletas de efeitos teóricos e práticos para a Psicanálise. Partem de todo um embasamento que escapa ao leitor desavisado, que pode ali supor imposturas alheias, quando é ele próprio – pela aplicação superficial das conceitualizações extraídas de seu campo – quem as faz.

Para bem colher esses efeitos, faz-se necessário que, especialmente os psicanalistas, levem a sério os usos que Lacan fez de tais campos de saber. Não são simples caprichos do autor. Se tomados como propostas férteis, recorrendo aos autores citados, e às modificações propostas pelo psicanalista, abrem-se caminhos ainda hoje pouco explorados. Nutrimos a esperança de que os psicanalistas, uma vez advertidos, também com a contribuição efetuada pelo presente trabalho, sejam convocados a se debruçarem sobre tais diálogos, na busca por avanços no campo psicanalítico, bem como na descoberta de novas articulações.

Referências

- Alcoforado, P. (2009). Introdução. In G. Frege. *Lógica e Filosofia da Linguagem* (2a ed., pp. 9-39, P. Alcoforado, Trad.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Baldovino, L. (2013). *Sobre la formalización del sujeto como “sujeto dividido entre saber y verdad”*. Texto presentado en la sociedad Apertura de Buenos Aires em siete reuniones al largo del 2013.
- Campos e Silva, L. (2017). *O estatuto do Outro no pensamento de Jacques Lacan*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília, Brasília. Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/25245>.
- Collett, G. (2014). The Subject of Logic: The Object (Lacan with Kant and Frege). In L. Chiesa (Ed.). *Lacan and Philosophy: The New Generation* (pp. 133-148). Melbourne: re.press.
- Eidelsztein, A. (2020). *A origem do sujeito em Psicanálise*. São Paulo: Toro Editora.
- Elia, L. (2010). *O conceito de sujeito* (3a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Frege, G. (1884/1983). Os fundamentos da Aritmética. In C. S. Peirce & G. Frege. *Peirce Frege: escritos coligidos* (3a ed., pp. 196-276, L. H. dos Santos, Trad.). São Paulo: Abril Cultural. (Obra original publicada em 1884).
- Frege, G. (1891/2009). Função e conceito. In G. Frege. *Lógica e Filosofia da Linguagem* (2a ed., pp. 81-110, P. Alcoforado, Trad.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Obra original publicada em 1891).
- Frege, G. (1892/2009). Sobre o sentido e a referência. In G. Frege. *Lógica e Filosofia da Linguagem* (2a ed., pp. 129-158, P. Alcoforado, Trad.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Obra original publicada em 1892).
- Frege, G. (1904/2009). Função e conceito. In G. Frege, G. (2009). *Lógica e Filosofia da Linguagem* (2a ed., pp. 195-205, P. Alcoforado, Trad.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Obra original publicada em 1904).
- Iannini, G. (2009). *Estilo e verdade na perspectiva da crítica lacaniana à metalinguagem*. Tese de doutorado, Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

- Lacan, J. (1958/1998). A significação do falo. In J. Lacan. *Escritos* (pp. 692-703). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1961-1962/2003). *Seminário 9 – A identificação*. Publicação não comercial do Centro de Estudos Freudianos de Recife, Recife.
- Lacan, J. (1964-1965/2003). *Seminário 12 – Problemas cruciais para a Psicanálise*. Publicação não comercial do Centro de Estudos Freudianos de Recife, Recife.
- Lacan, J. (1965/1998). A ciência e a verdade. In J. Lacan. *Escritos* (pp. 869-892) Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1965-1966). *El Seminario 13: El objeto del Psicoanálisis*. [Inédito].
- Lacan, J. (1966/2002). *Acerca de la estructura como mixtura de una otredad, condición sine qua non de absolutamente cualquier sujeto*. Recuperado de <http://www.acheronta.org/acheron15.htm>.
- Lacan, J. (1966-1967a). *El Seminario 14: la lógica del fantasma*. Versão crítica de Ricardo E. Rodriguez Ponte. [Inédito].
- Lacan, J. (1966-1967b). *El Seminario 14: la lógica del fantasma*. Versão da Asociación de Psicoanálisis de Bogotá, Analítica.
- Lacan, J. (1967-1968/2006). *Meu ensino*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1967-1968). *Seminário 15: o ato psicanalítico*. [Inédito].
- Lacan, J. (1975/2003). Talvez em Vincennes. In J. Lacan. *Outros Escritos* (pp. 316-318). Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1977). “*Lettres de l'École Freudienne*”, n. 21, Respuestas de Jacques Lacan sobre los nudos y el inconsciente en las Jornadas de la Escuela Freudiana: Los matemas el Psicoanálisis (31 de octubre al 2 de noviembre de 1976), Paris: Ed. Pomme.
- Miller, J-A. (1967). A sutura: elementos da lógica do significante. In E. P. Coelho (Org.). *Estruturalismo: antologia de textos teóricos* (pp. 211-224). Lisboa: Portugália Editora Ltda.
- Mozas, C. B. (s.d.). Nominación y verdade em Frege. *Lectura psicoanalítica de autores lógicos*. Recuperado de <https://carlosbermejo.net/lectura-psicoanalitica-de-autores-logicos/>.
- Ponte, R. R. (1997). *Puntuación de Escritos. Clase Nro 3 – Miércoles 4 de junio de 1997*. Escuela Freudiana de Buenos Aires.
- Reale, G. (2002). *Metafísica de Aristóteles* (Vol. I.). São Paulo: Edições Loyola.
- Rona, P. M. (2021). *O significante, o conjunto e o número: a topologia na Psicanálise de Jacques Lacan* (2a ed.). São Paulo: Zagodoni.

Sokal, A., & Bricmont, J. (1997/2010). *Imposturas intelectuais* (4a ed.). Rio de Janeiro: Record. (Obra original publicada em 1997).

Torres, R. S. (2013). *Do ato psicanalítico ao discurso do analista: a estrutura do campo lacaniano*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração: Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Torres, R. S. (2021). *Dimensões do ato em Psicanálise*. São Paulo: Fantasma Editora.

Resumo

Durante seu ensino, Lacan incorporou recursos de várias disciplinas externas à Psicanálise, como Linguística, Topologia, Lógica Matemática e Filosofia, utilizando-os como instrumentos heurísticos para sua própria teoria, não hesitando em modificá-los. O objetivo deste artigo é demonstrar, por meio de um exemplo cuidadosamente selecionado, que as articulações estabelecidas por Lacan com essas disciplinas transcendem meras analogias, revelando uma complexidade fecunda e uma proposta de formalização para a Psicanálise. Será explorada a relação com a Lógica Matemática, em particular a teoria de Frege, com o intuito de revelar como esse diálogo possibilita uma precisa formalização do conceito lacaniano de sujeito por meio da noção fregeana de função. O artigo destaca que esse exemplo específico, embora limitado, ilustra a ampla conversa de Lacan com diferentes campos de conhecimento, evidenciando a riqueza teórica e o potencial dessas aproximações. Ao examinar as obras dos autores com os quais Lacan dialogou, bem como compreender o uso que ele propôs para os termos e formalizações desses autores, é possível desvendar a profundidade e a contribuição dessas interseções para a Psicanálise.

Palavras-chave: Psicanálise. Função sujeito. Lógica. Lacan. Frege.

On the Subject Function: A Dialogue between Lacan and Frege

Abstract

During his teachings, Lacan incorporated resources from various disciplines external to Psychoanalysis, such as Linguistics, Topology, Mathematical Logic, and Philosophy, using them as heuristic instruments for his own theory, not hesitating to modify them. The aim of this article is to demonstrate, through a carefully selected example, that the connections established by Lacan with these disciplines go beyond mere analogies, revealing a rich complexity and a proposal for formalization in Psychoanalysis. The relationship with Mathematical Logic, particularly Frege's theory, will be explored to reveal how this dialogue enables a precise formalization of Lacan's concept of the subject through the Fregean notion of function. The article emphasizes that this specific example, albeit limited, illustrates Lacan's extensive engagement with different fields of knowledge, highlighting the theoretical richness and potential of these interdisciplinary approaches. By examining the works of the authors with whom Lacan engaged and understanding the usage he proposed for their terms and formalizations, it is possible to uncover the depth and contribution of these intersections to Psychoanalysis.

Keywords: Psychoanalysis. Subject function. Logic. Lacan. Frege.

Sur la fonction sujet: un dialogue entre Lacan et Frege

Résumé

Au cours de son enseignement, Lacan a incorporé des ressources provenant de diverses disciplines externes à Psychanalyse, telles que la Linguistique, la Topologie, la Logique Mathématique et la Philosophie, les utilisant comme des instruments heuristiques pour sa propre théorie, n'hésitant pas à les modifier. L'objectif de cet article est de démontrer, à travers un exemple soigneusement sélectionné, que les articulations établies par Lacan avec ces disciplines vont au-delà de simples analogies, révélant une complexité féconde et une proposition de formalisation pour la Psychanalyse. La relation avec la Logique Mathématique, en particulier la théorie de Frege, sera explorée afin de révéler comment ce dialogue permet une formalisation précise du concept lacanien de sujet à travers la notion fregeienne de fonction. L'article souligne que cet exemple spécifique, bien que limité, illustre la vaste conversation de Lacan avec différents domaines de connaissance, mettant en évidence la richesse théorique et le potentiel de ces rapprochements. En examinant les œuvres des auteurs avec lesquels Lacan a dialogué et en comprenant l'usage qu'il a proposé pour les termes et les formalisations de ces auteurs, il est possible de dévoiler la profondeur et la contribution de ces intersections à la Psychanalyse.

Mots clés: Psychanalyse. Fonction sujet. Logique. Lacan. Frege.

Sobre la función sujeto: un diálogo entre Lacan y Frege

Resumen

Durante su enseñanza, Lacan incorporó recursos de diversas disciplinas externas al Psicoanálisis, como Lingüística, Topología, Lógica Matemática y Filosofía, utilizándolos como instrumentos heurísticos para su propia teoría, sin dudar en modificarlos. El objetivo de este artículo es demostrar, a través de un ejemplo cuidadosamente seleccionado, que las articulaciones establecidas por Lacan con estas disciplinas trascienden meras analogías, revelando una complejidad fecunda y una propuesta de formalización para el Psicoanálisis. Se abordará la relación con la Lógica Matemática,

en particular la teoría de Frege, con el fin de revelar cómo este diálogo posibilita una precisa formalización del concepto lacaniano de sujeto mediante la noción fregeana de función. El artículo destaca que este ejemplo específico, aunque limitado, ilustra la amplia conversación de Lacan con diferentes campos del conocimiento, evidenciando la riqueza teórica y el potencial de estas aproximaciones. Al examinar las obras de los autores con los que Lacan dialogó y comprender el uso que él propuso para los términos y formalizaciones de estos autores, es posible desentrañar la profundidad y contribución de estas intersecciones al Psicoanálisis.

Palabras clave: Psicoanálisis. Función sujeto. Lógica. Lacan. Frege.